

Educação



CABO
PREFEITURA

PROJETO PEDAGÓGICO

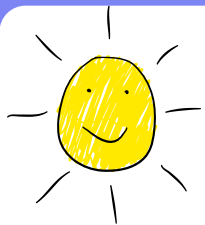
EDUCAR, CUIDAR E BRINCAR

**CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NA
EDUCAÇÃO INFANTIL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO**



www.cabo.pe.gov.br

Rua Severino Bezerra Marquês, s/n
Centro - Cabo de Santo Agostinho - PE



1. Identificação

O projeto “Educar, Cuidar e Brincar: caminhos para o desenvolvimento integral na Educação Infantil” será desenvolvido no município do Cabo de Santo Agostinho – PE, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, envolvendo diretamente a Gerência de Ensino e a Coordenação de Educação Infantil, em parceria com as unidades escolares que compõem a rede municipal de ensino.

O projeto terá abrangência em toda a Educação Infantil da rede pública, contemplando tanto a Creche (0 a 3 anos) quanto a Pré-escola (4 e 5 anos), alcançando aproximadamente 75 escolas e um universo estimado de 5.600 crianças. A proposta também envolve professores, gestores e equipes de apoio, fortalecendo a integração entre os diferentes atores da educação infantil.

Sua implementação será realizada no período de 2025 a 2026, integrando o planejamento pedagógico do município e articulando-se com outras políticas educacionais e sociais, de modo a assegurar coesão, continuidade e efetividade na oferta de uma educação infantil pública de qualidade social.

O projeto se ancora em documentos legais e referenciais nacionais que sustentam a Educação Infantil como etapa essencial da Educação Básica. Entre eles: a Constituição Federal (1988), que em seu artigo 208, inciso IV, assegura a oferta de creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, que estabelece a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), que orientam as práticas educativas; e a Base Nacional Comum Curricular (2017), que define direitos de aprendizagem e campos de experiência.

Trata-se, portanto, de uma ação estratégica de caráter pedagógico e formativo, que busca consolidar um modelo de trabalho educacional baseado na tríade cuidar, educar e brincar, reconhecendo a criança como sujeito de direitos, de cultura e de história, valorizando sua singularidade e promovendo seu desenvolvimento integral.





2. Apresentação

A Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, constitui um direito fundamental da criança e um dever do Estado, conforme previsto na LDB (Lei nº 9.394/1996) e regulamentado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010). Essa etapa abrange crianças de 0 a 5 anos e tem como objetivo primordial assegurar o desenvolvimento integral, considerando as dimensões físicas, afetivas, sociais, cognitivas, emocionais e culturais.

Este Projeto Pedagógico foi concebido como documento orientador das práticas educativas nas creches e pré-escolas da rede municipal do Cabo de Santo Agostinho. Ele se propõe a oferecer diretrizes claras, fundamentadas e contextualizadas, que permitam ao professor planejar, executar e avaliar práticas pedagógicas coerentes com os princípios da BNCC (2017) e das DCNEI (2010), mas também sensíveis às especificidades locais.

A proposta reconhece que a criança é sujeito histórico e social, produtor de cultura, e que o espaço escolar deve ser entendido como lugar de encontro entre saberes, experiências e linguagens. Cada comunidade contribui com valores, histórias e práticas que enriquecem a vivência escolar, e o projeto se fundamenta nesse diálogo entre infância, território e aprendizagem.





2. Apresentação

No campo teórico, o projeto se ancora em referenciais consagrados:

- Vygotsky (1991), ao enfatizar que o desenvolvimento humano é mediado pela cultura e pelas interações sociais, sustentando a ideia da zona de desenvolvimento proximal;
- Piaget (1987), ao destacar a criança como sujeito ativo que constrói conhecimento por meio da ação e da experimentação;
- Wallon (1987), que articula emoção, movimento e cognição, destacando a importância das dimensões afetivas no processo de aprendizagem;
- Kishimoto (2011), ao reafirmar o brincar como atividade essencial e estruturante da infância;
- Malaguzzi (2016) e a abordagem de Reggio Emilia, que propõe a criança como portadora de “cem linguagens”, capaz de se expressar de múltiplas formas;
- Kramer (2014) e Zilma de Oliveira (2012), que trazem leituras contemporâneas sobre currículo e práticas na Educação Infantil, considerando as particularidades do contexto brasileiro;
- Bondioli (2013), que discute a importância da organização do tempo e das rotinas como elementos estruturadores do cotidiano escolar;
- Mantoan (2015), que contribui para pensar a inclusão e a equidade na escola.

Assim, este projeto se apresenta como guia pedagógico que articula a tríade cuidar, educar e brincar em práticas significativas, inclusivas e culturalmente relevantes. Seu propósito é construir uma educação infantil de qualidade social, que respeite a singularidade de cada criança e, ao mesmo tempo, garanta o acesso a experiências educativas universais e transformadoras.

Mais do que um documento formal, este projeto é expressão de um compromisso coletivo com a infância: compromisso da Secretaria de Educação, das escolas, das famílias e da comunidade em reconhecer e valorizar as crianças do Cabo de Santo Agostinho como sujeitos de direitos, de cultura e de futuro.





3. Justificativa

A Educação Infantil é um direito inalienável da criança e um dever indeclinável do Estado, assegurado pela Constituição Federal de 1988 (art. 208, inciso IV), que determina a oferta gratuita em creches e pré-escolas às crianças de zero a cinco anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/1996) consolida essa prerrogativa, definindo a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica e atribuindo-lhe a função de promover o desenvolvimento integral em suas dimensões física, cognitiva, afetiva, social, emocional e cultural.

No contexto específico do município do Cabo de Santo Agostinho, é imperativo estruturar um projeto pedagógico sistemático, intencional e coerente, capaz de alinhar a prática educativa local às orientações nacionais, ao mesmo tempo em que valoriza a identidade cultural, histórica e social da comunidade. A diversidade de realidades encontradas nas escolas do município — marcada por contextos de vulnerabilidade social, diversidade étnico-racial e riqueza cultural — exige uma política educacional que seja inclusiva, equitativa e sensível às particularidades da infância cabense.

A justificativa para este projeto repousa em três pilares estruturantes que fundamentam e legitimam sua elaboração:

Pilar 1 – Garantia legal do direito à Educação Infantil de qualidade

A base legal da Educação Infantil no Brasil é robusta e deve nortear todas as ações educacionais. A Constituição de 1988 e a LDB/1996 estabelecem o marco jurídico que assegura o direito universal à Educação Infantil. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010) e a BNCC (2017) complementam esse marco ao detalharem princípios, objetivos e direitos de aprendizagem.





3. Justificativa

A BNCC define que as crianças devem ter assegurados seis direitos fundamentais: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos são operacionalizados nos cinco Campos de Experiência, que articulam práticas pedagógicas capazes de promover o protagonismo infantil. Portanto, a justificativa legal não é apenas normativa, mas serve como fundamento ético e pedagógico para a ação educacional, garantindo que cada criança, independentemente de suas condições sociais ou culturais, tenha acesso a uma educação infantil de qualidade.

Pilar 2 – Fundamentação pedagógica no brincar e na ludicidade

O brincar é reconhecido pela literatura especializada como eixo estruturador da infância e forma privilegiada de aprendizagem. Kishimoto (2011) afirma que brincar é atividade essencial que possibilita à criança desenvolver competências cognitivas, sociais, emocionais e culturais. Vygotsky (1991) destaca que, ao brincar, a criança atua em sua zona de desenvolvimento proximal, alcançando níveis mais complexos de pensamento por meio da interação simbólica e da mediação do adulto. Piaget (1987) enfatiza o papel do jogo na construção do conhecimento, enquanto Wallon (1987) ressalta a indissociabilidade entre movimento, emoção e cognição.

Autores contemporâneos ampliam esse debate. Zilma de Oliveira (2012) destaca que o brincar é também espaço de apropriação cultural, em que a criança reproduz e ressignifica elementos da sociedade em que vive. Sonia Kramer (2014) reafirma o brincar como linguagem e direito da infância, defendendo a necessidade de políticas públicas que assegurem espaços e tempos para sua realização. A própria Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989) reconhece o brincar como direito universal.

Portanto, assumir a ludicidade como eixo central do projeto significa reconhecer que a aprendizagem das crianças ocorre em situações intencionais de brincadeira, exploração, imaginação e experimentação, em que o educador atua como mediador, garantindo sentido, significatividade e intencionalidade pedagógica.





3. Justificativa

Pilar 3 – Valorização da criança como protagonista de sua aprendizagem

O terceiro pilar do projeto é a concepção da criança como sujeito de direitos, histórico, social e cultural, protagonista de seus processos de aprendizagem. A BNCC (2017) reafirma que a criança deve ser respeitada em sua singularidade e reconhecida como produtora de cultura.

Nesse sentido, inspiramo-nos em Loris Malaguzzi (2016) e na abordagem de Reggio Emilia, que apresenta a criança como portadora de “cem linguagens”: múltiplas formas de se expressar, aprender e interagir com o mundo. Essa perspectiva convida a escola a valorizar diferentes linguagens (artística, corporal, verbal, musical, digital), reconhecendo que cada criança é criativa, potente e capaz de construir conhecimento a partir de suas experiências.

Além disso, o projeto assume como compromisso a promoção da inclusão e da equidade. Para tanto, articula-se à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008), à Declaração de Salamanca (1994) e às legislações que asseguram a presença da diversidade no currículo, como a Lei 10.639/2003 (História e Cultura Afro-Brasileira) e a Lei 11.645/2008 (História e Cultura Indígena). Nessa direção, Mantoan (2015) contribui ao defender uma escola que se organiza para acolher a diferença como valor pedagógico e não como obstáculo.

Síntese da Justificativa

Assim, este projeto pedagógico não nasce apenas de uma exigência legal, mas de um compromisso ético, pedagógico e social com a infância cabense. Ele se justifica pela necessidade de:

- Garantir que os direitos da criança sejam efetivados.
- Estruturar práticas pedagógicas fundamentadas no brincar, no cuidar e no educar.





3. Justificativa

- Valorizar a criança como protagonista, sujeito criativo e produtor de cultura.
- Assegurar inclusão, equidade e respeito à diversidade.

Dessa forma, a justificativa do projeto sustenta que investir em uma Educação Infantil de qualidade no Cabo de Santo Agostinho é investir no presente e no futuro da sociedade, promovendo justiça social, desenvolvimento humano e cidadania desde os primeiros anos de vida.

4. Objetivos

4.1 Objetivo Geral

O objetivo central deste projeto é promover uma Educação Infantil de qualidade social, inclusiva, equitativa e culturalmente significativa, pautada nos princípios indissociáveis de cuidar, educar e brincar, assegurando às crianças de 0 a 5 anos do município do Cabo de Santo Agostinho experiências educativas que favoreçam o seu desenvolvimento integral em todas as dimensões: física, cognitiva, afetiva, social, emocional, linguística, ética e cultural.

Esse objetivo reflete o compromisso de transformar as creches e pré-escolas municipais em espaços de vida, convivência e aprendizagem, onde a criança seja respeitada como sujeito de direitos e reconhecida em sua singularidade, mas também inserida em um contexto coletivo que lhe permita construir vínculos, identidades e saberes compartilhados.

Trata-se de garantir que a Educação Infantil cumpra a função que lhe é atribuída pela Constituição Federal de 1988, pela LDB nº 9.394/1996, pelas DCNEI (2010) e pela BNCC (2017): assegurar às crianças brasileiras não apenas o acesso à escola, mas sobretudo uma experiência educativa rica, significativa e transformadora, em que o brincar, a imaginação, a interação e a participação sejam os motores do desenvolvimento humano.





4. Objetivos

4.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos desdobram o objetivo geral em dimensões concretas, orientando o trabalho pedagógico das instituições de Educação Infantil do município. Cada objetivo aqui proposto é acompanhado de uma fundamentação pedagógica, para evidenciar sua relevância:

- **Assegurar o direito ao brincar como eixo estruturante das práticas pedagógicas**

O brincar não é apenas atividade de lazer, mas direito da criança reconhecido pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989), pelas DCNEI (2010) e pela BNCC (2017). Ao brincar, a criança mobiliza múltiplas competências cognitivas, motoras, afetivas e sociais, além de produzir cultura e interagir com os pares. Assim, o brincar deve ser entendido como atividade pedagógica central, intencionalmente planejada, que organiza tempos, espaços e materiais para possibilitar exploração, criação e imaginação.

- **Integrar o cuidar e o educar de forma indissociável**

A Educação Infantil não pode fragmentar o cuidado e o processo educativo. O ato de cuidar — que envolve alimentação, higiene, segurança, saúde e bem-estar — é também ato pedagógico, pois carrega intencionalidade formativa e constitui experiência de aprendizagem. Como defende Zilma de Oliveira (2012), cuidar é educar e educar é cuidar, e essa integração deve orientar todas as práticas escolares, rompendo com a visão assistencialista e garantindo que cada momento da rotina se transforme em oportunidade educativa.





4. Objetivos

4.2 Objetivos Específicos

- **Promover práticas pedagógicas alinhadas aos cinco Campos de Experiência da BNCC**

A BNCC organiza a Educação Infantil em cinco Campos de Experiência:

1. O eu, o outro e o nós;
2. Corpo, gestos e movimentos;
3. Traços, sons, cores e formas;
4. Escuta, fala, pensamento e imaginação;
5. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Esses campos devem orientar a intencionalidade do professor, garantindo que as experiências proporcionadas às crianças sejam diversificadas, integradas e significativas, respeitando seus interesses e ritmos, e ampliando suas formas de expressão e compreensão do mundo.

- **Estimular a ludicidade em múltiplas linguagens**

A criança possui, como propõe Malaguzzi (2016), “cem linguagens”. É papel da escola oferecer ambientes e materiais que possibilitem a expressão em artes visuais, música, dança, literatura, teatro, movimento corporal, jogos matemáticos e atividades psicomotoras. Dessa forma, amplia-se o repertório cultural e simbólico da criança, garantindo acesso às diferentes formas de linguagem e comunicação.





4. Objetivos

4.2 Objetivos Específicos

- **Respeitar a diversidade e garantir inclusão**

Este projeto se compromete com a inclusão de todas as crianças, assegurando igualdade de oportunidades para aquelas com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou altas habilidades. Além disso, afirma a necessidade de implementar as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que garantem a presença da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo, promovendo uma educação antirracista e intercultural. Conforme defende Mantoan (2015), a inclusão é princípio estruturante de uma escola democrática e cidadã.

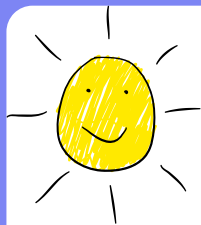
- **Fortalecer a parceria com as famílias e a comunidade**

A participação da família na vida escolar é indispensável para o desenvolvimento integral da criança. A escola deve se abrir à comunidade, promovendo espaços de diálogo, escuta e cooperação. A parceria fortalece os vínculos afetivos, garante continuidade entre experiências familiares e escolares e promove maior envolvimento social no processo educativo.

- **Investir na formação continuada dos profissionais da Educação Infantil**

A qualidade da educação depende da formação docente. Este projeto prevê formações continuadas regulares, com encontros de estudo, oficinas, rodas de reflexão e palestras com especialistas. Temas como BNCC, ludicidade, inclusão, diversidade, avaliação formativa e uso de tecnologias devem compor o eixo formativo, garantindo que os professores estejam constantemente atualizados e capacitados para enfrentar os desafios da prática pedagógica contemporânea.





4. Objetivos

4.2 Objetivos Específicos

- **Valorizar a cultura local e as manifestações artísticas populares**

O Cabo de Santo Agostinho possui uma riqueza cultural e histórica que deve ser incorporada ao cotidiano das escolas. O contato com manifestações artísticas, festas populares, tradições orais e expressões culturais locais fortalece o sentimento de pertencimento e identidade das crianças, permitindo que elas reconheçam a si mesmas e à sua comunidade como sujeitos produtores de cultura.

- **Implementar processos avaliativos de caráter formativo e qualitativo**

A avaliação na Educação Infantil deve ser entendida como processo contínuo e formativo, e não como mecanismo de classificação ou exclusão. Ela deve valorizar os percursos individuais, registrando conquistas, avanços e desafios de forma descritiva e reflexiva. O objetivo é oferecer subsídios ao planejamento pedagógico, orientar ajustes e garantir que cada criança seja reconhecida em sua singularidade.

- **Construir ambientes educativos inclusivos, seguros e estimulantes**

O espaço escolar deve ser planejado como ambiente de aprendizagem, convivência e experimentação, estimulando a curiosidade, a autonomia e a interação. É papel da gestão escolar e dos professores organizar os espaços de modo a garantir acessibilidade, segurança, ludicidade e riqueza de estímulos, transformando o ambiente em terceiro educador, como preconiza a abordagem de Reggio Emilia.





Síntese dos Objetivos

Assim, os objetivos deste projeto configuram-se como diretrizes pedagógicas articuladas, que dão concretude ao objetivo geral de promover uma Educação Infantil de qualidade social. Eles indicam caminhos para que o município do Cabo de Santo Agostinho fortaleça sua rede de Educação Infantil, assegurando que cada criança viva experiências educativas lúdicas, significativas, inclusivas e transformadoras, em consonância com a legislação vigente e com as mais avançadas concepções pedagógicas contemporâneas.

5. Metodologia / Etapas do Projeto

A metodologia proposta neste Projeto Pedagógico parte da concepção de criança como sujeito histórico, social e de direitos, ativo no processo de aprendizagem e protagonista do seu próprio desenvolvimento. Essa visão é sustentada por referenciais clássicos como Vygotsky (1991), que ressalta a mediação cultural nas interações sociais; Piaget (1987), que valoriza a ação e a experimentação no processo de construção do conhecimento; e Wallon (1987), que defende a indissociabilidade entre emoção, movimento e cognição. Complementam esse marco teórico autores contemporâneos como Sonia Kramer (2014), Zilma de Oliveira (2012) e Bondioli (2013), que reforçam o papel da infância como tempo presente, produtor de cultura e espaço de múltiplas aprendizagens.

A metodologia, portanto, se organiza a partir da tríade **cuidar, educar e brincar**, compreendida como eixo estruturante e indissociável das práticas pedagógicas. Cuidar não é apenas atender às necessidades básicas, mas ato formativo; educar é mais do que transmitir conteúdos, é promover experiências de sentido; brincar é a linguagem essencial da infância, meio pelo qual a criança elabora conhecimentos, interações e significados.





5. Metodologia / Etapas do Projeto

Assim, o projeto organiza-se em quatro dimensões principais:

- Princípios norteadores da ação pedagógica;
- Etapas do projeto por faixa etária (Creche e Pré-escola);
- Formação continuada dos educadores;
- Instrumentos e estratégias pedagógicas de apoio.

5.1 Princípios Norteadores da Metodologia

Os princípios orientam todas as práticas pedagógicas e asseguram coerência na ação educativa:

- Centralidade do brincar: o brincar é o eixo do desenvolvimento infantil e deve ser garantido como prática diária, planejada e intencional. Kishimoto (2011) afirma que o brincar mobiliza dimensões cognitivas, afetivas, sociais e motoras, configurando-se como atividade estruturante da infância.
- Aprendizagem significativa: inspirada em Piaget e Ausubel, a aprendizagem deve partir dos interesses e experiências concretas das crianças, conectando novos saberes às vivências já existentes.
- Integração entre cuidar e educar: todo momento de cuidado (alimentação, higiene, descanso) é também oportunidade pedagógica. Zilma de Oliveira (2012) reforça que a educação infantil não pode ser reduzida a assistencialismo, mas deve integrar cuidado e aprendizagem de forma indissociável.

Inclusão e equidade: todas as crianças, independentemente de condições sociais, físicas, raciais, de gênero ou cognitivas, têm direito a participar ativamente das experiências propostas. Isso implica acessibilidade, respeito à diversidade cultural, implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e políticas inclusivas alinhadas à Declaração de Salamanca (1994).





5. Metodologia / Etapas do Projeto

- Ambientes planejados, acolhedores e desafiadores: a organização do espaço físico é fundamental para a aprendizagem. A abordagem de Reggio Emilia ensina que o ambiente é o “terceiro educador”, sendo necessário organizar cantinhos temáticos, materiais acessíveis e contextos que estimulem exploração, autonomia e criatividade.
- Protagonismo infantil: a criança deve participar de decisões cotidianas, escolhendo atividades, materiais e modos de se expressar. Malaguzzi (2016) defende a criança como portadora de cem linguagens, o que exige práticas pedagógicas abertas, flexíveis e criativas.
- Observação, registro e reflexão pedagógica: o acompanhamento do desenvolvimento infantil deve ser contínuo, reflexivo e crítico, servindo de base para o planejamento docente e para a tomada de decisões pedagógicas.

5.2 Etapas do Projeto

As etapas detalham o modo como os princípios norteadores se concretizam no cotidiano pedagógico, organizando práticas diferenciadas por faixa etária.

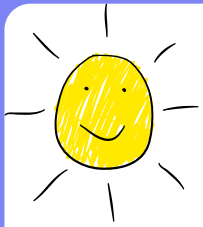
A) Creche (0 a 3 anos)

Na creche, o foco está no vínculo afetivo, na rotina de cuidados e na descoberta das primeiras formas de linguagem e movimento. O planejamento pedagógico dessa etapa deve ser intencional e repleto de experiências sensoriais, lúdicas e interativas.

Rotina estruturada e significativa

- Momentos de higiene, alimentação e descanso são entendidos como situações de aprendizagem, desenvolvendo autonomia e hábitos saudáveis.
- Recursos pedagógicos que estimulam a coordenação motora e a percepção espacial podem ser integrados a esses momentos, reforçando práticas de autocuidado.





5. Metodologia / Etapas do Projeto

Exploração sensorial e lúdica

- Materiais com diferentes texturas, cores, sons e formatos ampliam a percepção e a criatividade.
- Jogos de manipulação, painéis sensoriais, blocos macios e objetos de encaixe oferecem múltiplas possibilidades de exploração e descobertas.

Linguagem e comunicação

- Histórias, cantigas, rimas e jogos sonoros favorecem o desenvolvimento da linguagem oral.
- Fantoques, livros ilustrados e materiais visuais lúdicos possibilitam a expressão e a comunicação não verbal.

5.2 Etapas do Projeto

Interação social e afetiva

- Atividades de imitação, rodas e brincadeiras coletivas estimulam empatia, cooperação e convivência.
- Jogos colaborativos simples favorecem vínculos afetivos e habilidades de convivência em pequenos grupos.
- Ambientes organizados e instigantes
- Espaços planejados em cantos temáticos devem ser seguros e estimulantes, permitindo tanto brincadeiras livres quanto atividades dirigidas.
- Estruturas pedagógicas acolhedoras, com materiais acessíveis e higienizáveis, contribuem para um ambiente inclusivo e formativo.





5. Metodologia / Etapas do Projeto

5.2 Etapas do Projeto

B) Pré-escola (4 e 5 anos)

Na pré-escola, a criança expande seu repertório cultural e cognitivo, desenvolvendo a imaginação, a linguagem, o pensamento lógico e a sensibilidade artística. O brincar segue como eixo central, mas com intencionalidade pedagógica ampliada.

Brincadeiras simbólicas e dramatizações

- Jogos de faz de conta, fantasias e materiais de encenação permitem que a criança explore papéis sociais, emoções e narrativas.
- Estruturas móveis e personagens pedagógicos podem enriquecer essas dramatizações.

Linguagem oral e escrita

- Conversas coletivas, exploração de livros e jogos de rima estimulam consciência fonológica e vocabulário.
- Materiais gráficos ilustrados, jogos de letras e recursos de associação fonema-imagem favorecem a construção da escrita inicial.

Matemática em situações lúdicas

- Jogos de contagem, classificação, seriação e medição integram conceitos matemáticos ao cotidiano.
- Materiais concretos como dados, blocos de encaixe e jogos de correspondência permitem vivências práticas de quantidade, forma e sequência.





5. Metodologia / Etapas do Projeto

5.2 Etapas do Projeto

Artes e múltiplas linguagens

- Música, dança, pintura e modelagem despertam criatividade e expressão.
- Máscaras, instrumentos simples e materiais de arte variados ampliam o repertório de linguagens.

Natureza, cultura e comunidade

- Projetos de horta, observação de fenômenos naturais e experiências com elementos do meio ambiente aproximam as crianças da natureza.
- Atividades com materiais recicláveis e produções coletivas fortalecem o vínculo cultural e comunitário.

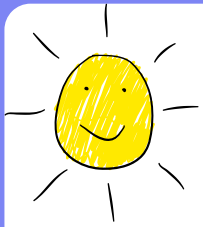
Projetos integradores e colaborativos

- Trabalhos interdisciplinares a partir de temas de interesse das crianças favorecem cooperação e protagonismo.
- Murais, registros gráficos e produções coletivas são instrumentos de documentação e valorização do processo.

Tecnologias educativas

- Recursos digitais podem ser usados de forma limitada e orientada, ampliando possibilidades de registro e pesquisa.
- O equilíbrio entre o concreto (materiais manipuláveis, jogos, dramatizações) e o digital assegura experiências diversificadas e significativas.





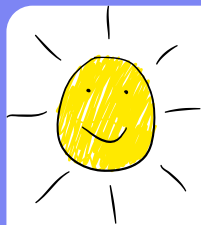
5. Metodologia / Etapas do Projeto

5.3 Formação Continuada dos Educadores

A qualidade da Educação Infantil depende, em grande medida, da formação e valorização docente. Este projeto propõe um programa permanente de formação continuada, com os seguintes elementos:

- Encontros mensais: estudos da BNCC, DCNEI, ludicidade, inclusão, diversidade e avaliação formativa.
- Oficinas pedagógicas: práticas de contação de histórias, jogos matemáticos, artes integradas e experimentos científicos.
- Palestras semestrais com especialistas: psicopedagogia, educação inclusiva, uso de tecnologias digitais, desenvolvimento socioemocional.
- Troca de experiências: momentos de socialização entre escolas, para construção de redes de aprendizagem coletiva.
- Supervisão pedagógica contínua: acompanhamento dos gestores e coordenadores para garantir coerência e apoio ao trabalho docente.





5. Metodologia / Etapas do Projeto

5.4 Instrumentos e Estratégias Pedagógicas

Para viabilizar as práticas propostas, o projeto prevê a utilização de diversos instrumentos:

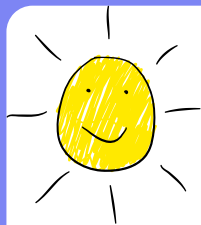
- Cantinhos pedagógicos: leitura, artes, música, matemática, ciências, natureza.
- Materiais lúdicos: blocos, jogos de encaixe, brinquedos sensoriais, bonecos, fantoches e instrumentos musicais.
- Rodas de conversa: espaço para escuta ativa e expressão oral das crianças.
- Jogos cooperativos: atividades coletivas que desenvolvem empatia, solidariedade e resolução de conflitos.
- Observação e registro pedagógico: diários, portfólios, fotos e vídeos que documentam as aprendizagens.
- Projetos interdisciplinares: integração de diferentes áreas do conhecimento em torno de temas significativos.

Fechamento da Metodologia

A metodologia, ao articular princípios, etapas e instrumentos, constitui um sistema integrado e dinâmico, no qual cada ação pedagógica — seja na rotina de cuidados, nas brincadeiras, nas experiências artísticas ou nos projetos coletivos — contribui para o desenvolvimento integral da criança.

Cuidar, educar e brincar são compreendidos, portanto, não como dimensões paralelas, mas como linhas que se entrelaçam e dão sentido à Educação Infantil, fortalecendo o papel da escola como espaço de vida, de cultura e de aprendizagem significativa.





6. Avaliação

A avaliação na Educação Infantil deve ser compreendida como processo contínuo, qualitativo, reflexivo e formativo, articulado ao planejamento pedagógico e às experiências de aprendizagem. Diferentemente das etapas posteriores da Educação Básica, aqui a avaliação não tem caráter classificatório ou seletivo; ela não atribui notas nem promove a exclusão, mas se destina a acompanhar, compreender e valorizar o desenvolvimento integral da criança, reconhecendo conquistas, desafios e singularidades.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) e a BNCC (2017), a avaliação deve estar integrada ao cotidiano da prática pedagógica, sendo realizada por meio da observação, do registro e da reflexão crítica sobre as interações, produções e processos de cada criança. Mais do que medir resultados, a avaliação busca dar visibilidade às aprendizagens e possibilitar ajustes no planejamento docente, de modo a garantir a intencionalidade pedagógica e a equidade no acesso às experiências educativas.





6. Avaliação

6.1 Princípios da Avaliação

A avaliação neste projeto fundamenta-se em alguns princípios-chave:

- **Formatividade e continuidade:** deve ser realizada de forma permanente, durante todas as atividades, reconhecendo o processo de desenvolvimento e não apenas os resultados finais. A avaliação é parte integrante da ação pedagógica.
- **Integralidade:** considera todas as dimensões do desenvolvimento humano — cognitiva, afetiva, social, emocional, física, linguística e cultural —, respeitando o caráter holístico da infância.
- **Individualização:** cada criança é única, com ritmos, interesses e modos próprios de aprender. A avaliação deve respeitar essa singularidade, registrando percursos individuais e oferecendo intervenções personalizadas.
- **Ludicidade e significatividade:** a avaliação deve se dar em contextos lúdicos, respeitando a linguagem da infância e valorizando as experiências espontâneas, criativas e prazerosas.
- **Participação:** envolve a escuta ativa das crianças, a colaboração dos professores e o diálogo com as famílias, criando uma rede de corresponsabilidade na educação.
- **Inclusão e equidade:** a avaliação deve garantir que todas as crianças, independentemente de suas condições sociais, raciais, culturais ou cognitivas, tenham seu desenvolvimento reconhecido e valorizado.





6. Avaliação

6.2 Instrumentos e Estratégias de Avaliação

Para dar concretude a esses princípios, o projeto propõe a utilização de instrumentos diversificados, que permitam registrar e refletir sobre o desenvolvimento infantil de forma ampla:

Observação sistemática

- O professor observa interações, atitudes, expressões, brincadeiras e produções das crianças no cotidiano.
- Essa observação deve ser intencional, com foco em habilidades, interesses, dificuldades e progressos.

Registros pedagógicos

- Diários de classe: reflexões diárias ou semanais do educador sobre avanços e desafios coletivos e individuais.
- Portfólios individuais: compilação de desenhos, escritos, fotos, colagens e outras produções que documentam a trajetória da criança ao longo do tempo.
- Registros audiovisuais: fotos e vídeos que evidenciem práticas, projetos e interações significativas.

Mapas de habilidades e competências

- Quadros que acompanham o desenvolvimento nos diferentes Campos de Experiência da BNCC, permitindo identificar conquistas progressivas e orientar intervenções.

Rodas de conversa e entrevistas

- Espaços de escuta em que a criança pode relatar sentimentos, percepções e aprendizados, desenvolvendo consciência de si e protagonismo.

Autoavaliação infantil (mediada)

- Estratégias simples, como painéis de emoções, carinhas ilustrativas ou perguntas reflexivas, permitem que a criança reconheça conquistas e desafios.





6. Avaliação

Avaliação compartilhada com famílias

- Reuniões pedagógicas, relatórios descritivos e portfólios apresentados às famílias fortalecem vínculos e ampliam a corresponsabilidade.

6.3 Avaliação do Processo Pedagógico

A avaliação não se limita às crianças, mas deve também incidir sobre as práticas docentes, a organização do trabalho pedagógico e a gestão escolar. Dessa forma, busca-se garantir coerência, inovação e qualidade.

- Reflexão docente: o professor, junto à equipe pedagógica, analisa os registros e avalia a pertinência das estratégias utilizadas.
- Supervisão pedagógica: reuniões sistemáticas da coordenação com os educadores para analisar avanços e dificuldades.
- Participação das famílias: a visão da família é fundamental para compreender o desenvolvimento integral da criança em diferentes contextos.
- Ajustes de planejamento: as práticas pedagógicas devem ser flexíveis, permitindo mudanças de percurso a partir da avaliação





6. Avaliação

6.4 Indicadores Pedagógicos de Qualidade

Para monitorar os impactos do projeto, propõem-se alguns indicadores de acompanhamento:

- Dimensão cognitiva: evolução da linguagem oral e escrita, progressos em raciocínio lógico e resolução de problemas.
- Dimensão socioemocional: empatia, cooperação, respeito às regras, capacidade de resolver conflitos.
- Dimensão física e motora: coordenação motora ampla e fina, autonomia em atividades de autocuidado.
- Dimensão cultural: ampliação do repertório artístico, contato com literatura, música, artes visuais e cultura local.
- Dimensão inclusiva: participação efetiva de crianças com deficiência ou necessidades especiais nas atividades propostas.
- Dimensão de participação familiar: presença e engajamento das famílias nas práticas e projetos escolares.

Esses indicadores não devem ser utilizados como padrão rígido, mas como referenciais flexíveis, que ajudam a orientar o olhar pedagógico e a identificar necessidades de apoio e de enriquecimento curricular.





6. Avaliação

6.5 Finalidade da Avaliação

A finalidade maior da avaliação na Educação Infantil é garantir direitos de aprendizagem, valorizar processos e orientar intervenções pedagógicas. Avaliar significa:

- Subsidiar decisões pedagógicas: ajudando o professor a planejar novas estratégias.
- Reconhecer conquistas: tornando visíveis os avanços da criança, fortalecendo sua autoestima.
- Promover desenvolvimento integral: estimulando múltiplas dimensões da aprendizagem.
- Assegurar inclusão e equidade: garantindo que todas as crianças tenham suas trajetórias respeitadas.
- Fortalecer vínculos entre escola e família: envolvendo a comunidade escolar na construção do conhecimento.

Síntese da Avaliação

Portanto, a avaliação neste projeto não se configura como controle ou fiscalização, mas como ato pedagógico intencional, comprometido em reconhecer o valor da infância, respeitar os ritmos individuais e transformar a prática educativa em experiência viva e significativa. Trata-se de um processo dialógico, inclusivo e participativo, que valoriza a criança como sujeito ativo de sua aprendizagem e o educador como mediador e pesquisador de sua prática.





7. Conclusão

A elaboração do Projeto Pedagógico “Educar, Cuidar e Brincar: caminhos para o desenvolvimento integral na Educação Infantil do Cabo de Santo Agostinho” representa não apenas a formalização de um conjunto de diretrizes, mas sobretudo a materialização de um compromisso ético, pedagógico e político com a infância.

Ao longo deste documento, reafirmou-se que a Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, deve ser concebida em sua integralidade, garantindo experiências que unam o cuidar, o educar e o brincar como dimensões indissociáveis. Essa tríade, longe de ser meramente conceitual, traduz-se em práticas concretas que estruturam o cotidiano escolar e que respondem às necessidades fundamentais da criança: segurança, afeto, interação, ludicidade, cultura e aprendizagem.

Fundamentado em referenciais teóricos clássicos e contemporâneos — de Vygotsky, Piaget, Wallon e Kishimoto a Malaguzzi, Kramer, Zilma de Oliveira, Bondioli e Mantoan —, este projeto sustenta-se na compreensão de que a criança é um sujeito ativo, produtor de cultura e protagonista de seu processo de desenvolvimento. Tal concepção rompe com visões reducionistas que restringem a infância ao futuro, reafirmando-a como tempo presente, em que cada experiência vivida é dotada de sentido, valor e potência transformadora.

A metodologia proposta, estruturada em princípios norteadores, etapas específicas para creche e pré-escola, estratégias pedagógicas e formação continuada, busca assegurar práticas que sejam, ao mesmo tempo, intencionais, lúdicas e inclusivas. Ao valorizar o brincar como eixo central da aprendizagem, integrar o cuidar e o educar e organizar ambientes planejados e desafiadores, o projeto oferece condições para que as crianças se desenvolvam em todas as dimensões, ampliando repertórios culturais e construindo relações sociais significativas.





7. Conclusão

A avaliação, concebida como processo formativo e reflexivo, garante que os avanços das crianças sejam reconhecidos e valorizados, respeitando singularidades e promovendo equidade. A ênfase na observação, nos registros, nos portfólios e na escuta ativa da criança e da família evidencia que a avaliação não é controle, mas um instrumento de compreensão e de diálogo, que orienta a prática docente e fortalece a parceria escola-comunidade.

Além disso, o projeto reforça o papel da Educação Infantil como espaço de inclusão e diversidade, assegurando a efetivação de políticas públicas que garantam a presença e valorização da cultura afro-brasileira e indígena, o combate a preconceitos de gênero e o acolhimento de crianças com deficiência ou necessidades educacionais especiais. Tal perspectiva assegura que a escola cumpra sua função social de promover justiça, equidade e cidadania desde a infância.

Por fim, este projeto constitui-se como instrumento de gestão, formação e prática pedagógica, capaz de orientar a rede municipal do Cabo de Santo Agostinho em direção a uma Educação Infantil de qualidade social, democrática e culturalmente relevante. Ele reconhece que investir na infância é investir no presente e no futuro, pois cada experiência de brincar, conviver, expressar e explorar fortalece a criança como sujeito de direitos, de cultura e de conhecimento.

Assim, reafirma-se que o compromisso com a infância não se resume ao cumprimento de dispositivos legais, mas se traduz em uma opção ética pela valorização da vida, da diversidade e da potência criadora de cada criança. Ao consolidar uma Educação Infantil que respeita a singularidade e promove o desenvolvimento integral, o município do Cabo de Santo Agostinho se coloca na vanguarda das políticas públicas educacionais, demonstrando que é possível articular qualidade pedagógica, compromisso social e valorização da cultura local em benefício das novas gerações.





8. Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a LDB para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a LDB para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.
- AUSUBEL, D. Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano, 2003.
- BONDIOLI, A. O tempo na educação infantil: entre rotinas e experiências. Porto Alegre: Penso, 2013.
- FONSECA, V. L. Educação infantil: cuidar e educar na primeira infância. Campinas: Papirus, 2008.
- HORTA, M. Psicologia da Educação Infantil: teoria e prática. São Paulo: Moderna, 2006.





8. Referências

- KISHIMOTO, T. M. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- KRAMER, S. (Org.). Retratos de um desafio: a Educação Infantil no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014.
- LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.
- MALAGUZZI, L. As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Penso, 2016.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2015.
- OLIVEIRA, Z. M. R. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2012.
- ONU. Convenção sobre os Direitos da Criança. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1989.
- ONU. Declaração de Salamanca: princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994.
- PIAGET, J. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- WALLON, H. Psicologia e educação da criança. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

